



2015: PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Governo do Estado do Espírito Santo

*Vitória-ES, 14 de março de 2016.
Secretaria de Estado da Fazenda*



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Sumário

1. **Resultados e metas:**
 - Setor Público Estadual: Resultado Primário
 - Poder Executivo: Resultado de Caixa do Tesouro
2. **Receitas:**
 - Previstas & realizadas
 - Administradas & transferências
3. **Despesas**
 - Pessoal & Custeio
 - Despesa Total
4. **Limites e vinculações legais**
5. **Dívida**
6. **Disponibilidades de Caixa**
 - Setor Público Estadual Consolidado e Poder Executivo
7. **Síntese dos resultados do Ajuste Fiscal.**

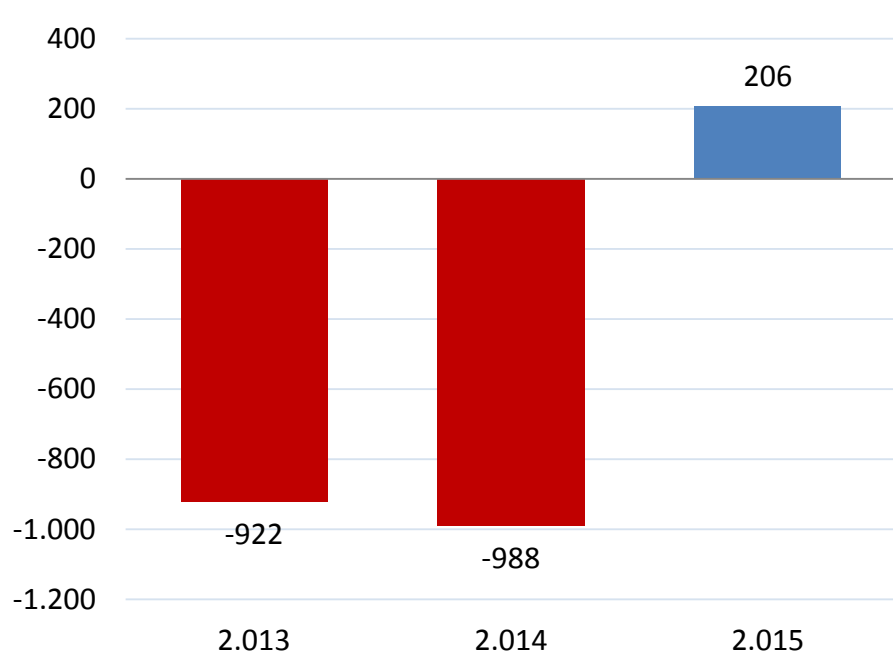


REGRAS FISCAIS SUBNACIONAIS

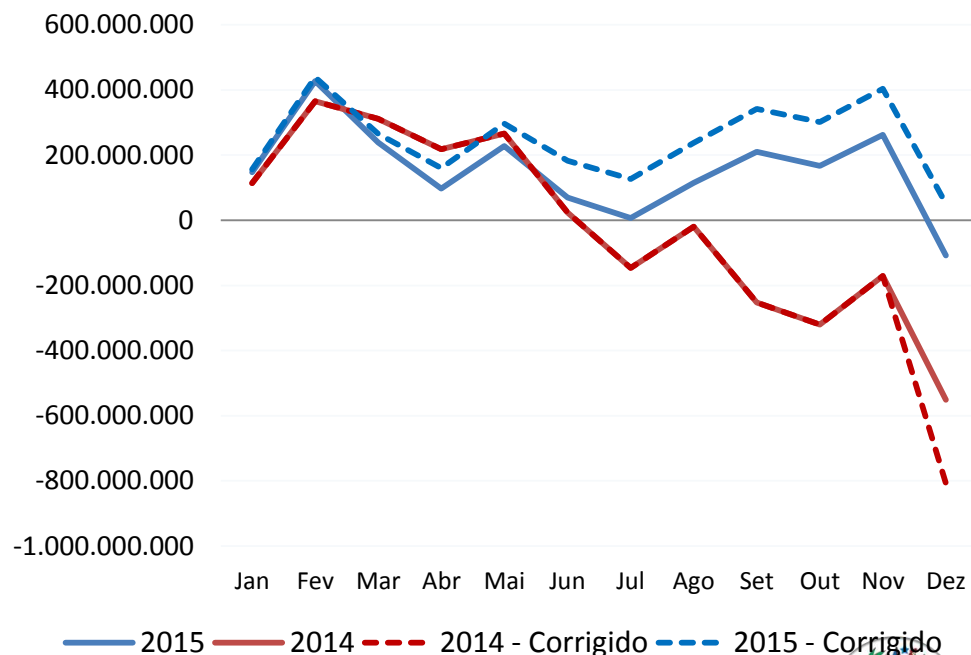
O caso do Espírito Santo

O exercício de 2015 encerrou com superávit primário de R\$ 206 milhões. O conceito expressa, para o conjunto do setor público estadual (TJ, MP, TC, ALES, Defensoria, Fundos, Autarquias, Secretarias), o saldo entre receitas e despesas não financeiras, ou a economia que se faz para abater o crescimento da dívida. Caixa do Tesouro foi reequilibrado.

Resultado Primário Anual



Resultado de Caixa do Tesouro – Acumulado no ano



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

As principais medidas do ajuste

A revisão do orçamento no início de 2015 foi fundamental no ajuste. Nas receitas de impostos, na Receita Corrente Líquida e no Caixa, o desvio em relação ao orçado foi inferior a 2%.

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	Prevista Inicial	Realizado 2015	% Realizado
Receita Corrente Líquida	11.801.188	11.951.999	101,3
Receita de Caixa do Tesouro	10.285.797	10.421.847	101,3
Receita de Taxas e Impostos	10.961.805	11.183.793	102,0

Além disso, o governo editou o Decreto 3.755/2015, logo no seu primeiro dia útil, disciplinando despesas discricionárias (não-obrigatórias) e suspendendo despesas consideradas supérfluas. Meta estabelecida foi redução de R\$ 200 milhões nesses gastos.



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Arrecadação

O esforço de arrecadação e de recuperação da dívida ativa (R\$ 486 milhões) sustentou a receita de caixa, apesar da forte queda (R\$ 416 milhões) das rendas do petróleo. Arrecadação do ITCMD aumentou 52% sem qualquer aumento de alíquota!

Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2015	Realizado 2014	Variação nominal %	Variação real %
RECEITA TOTAL	14.816	15.004	-1,3	-10,8
Receitas de impostos e taxas	11.184	10.603	5,5	-4,7
ICMS - Inclusive FUNDAP	9.010	8.705	3,5	-6,5
Taxas	564	546	3,3	-6,7
Recuperação da dívida ativa	486	319	52,4	37,7
IPVA	458	424	8,0	-2,4
IRRF	590	559	5,5	-4,6
ITCD	76	50	52,0	37,3
Receitas de Transferências	4.535	4.887	-7,2	-16,1
Royalties e Participações Especiais	1.359	1.775	-23,4	-30,8
FPE	1.146	1.089	5,2	-4,9
Educação - FNDE e FUNDEB	1.007	961	4,8	-5,3
Saúde - SUS	553	543	1,8	-8,0
Cota-parte do IPI	270	242	11,6	0,8
FEX e Lei Kandir	133	153	-13,1	-21,5
Outras transferências	67	124	-46,0	-51,2
Outras Receitas (voluntárias e outras)	682	653	4,4	-5,6
Receitas de Operações de Crédito	391	855	-54,3	-58,7
Receitas Transferidas	-4.540	-4.337	4,7	-5,4
Aporte de Recursos para formação do Fundeb	-1.768	-1.673	5,7	-4,5
Repasso Constitucional aos Municípios	-2.772	-2.664	4,1	-6,0
Receitas do Instituto de Previdência	2.564	2.343	9,4	-1,1



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Despesa de custeio – Poder Executivo

As despesas discricionárias de custeio em 2015 foram reduzidas em R\$ 238 milhões, o que representa queda nominal de 30%.

Essa disciplina foi fundamental para compensar o crescimento de 5,8% das despesas não discricionárias (obrigatórias), além do pagamento das despesas sem empenho de 2014.

A redução de -30% foi realizada em $\frac{1}{4}$ das despesas (aquelas passíveis de redução). Nos $\frac{3}{4}$ restantes, as despesas cresceram abaixo da inflação. No total, o custeio do governo foi praticamente estabilizado, com variação de R\$ 10 milhões.

Em R\$ mil

CUSTEIO TOTAL – Todas as fontes	2015	2014	Varição 2015/2014	Varição Nominal (%)
Despesas reguladas pelo Decreto 3755-R/2015	189.672	295.467	-105.795	-35,8
Outras despesas discricionárias	376.537	509.216	-132.679	-26,1
TOTAL DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	566.209	804.683	-238.474	-29,6
Despesas não discricionárias ou obrigatórias	2.502.292	2.365.196	137.096	5,8
Despesas de exercícios anteriores	226.147	114.408	111.739	97,7
TOTAL DAS DESPESAS NÃO DISCRICIONÁRIAS	2.728.439	2.479.604	248.835	10,0
TOTAL GERAL	3.294.648	3.284.287	10.361	0,3



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Despesa de pessoal

A redução de gastos com pessoal comissionado e em designação temporária (R\$ - 104,6 milhões) ajudou a conter o impacto do crescimento da despesas previdenciárias e do pagamento de precatórios.

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	Varição 2015/2014	Varição Nominal (%)
Ativos - Vencimentos e Salários	2.142.365	2.117.742	24.623	1,2
Efetivos	2.009.839	1.963.594	46.245	2,4
Comissionados	132.526	154.148	-21.622	-14,0
Designação Temporária	726.245	809.284	-83.039	-10,3
Contribuição Patronal	442.562	436.527	6.035	1,4
Inativos e outras despesas de pessoal	2.351.926	2.208.439	143.487	6,5
Despesas de Exercícios Anteriores	102.803	242.382	-139.579	-57,6
Pessoal e Encargos	5.765.901	5.814.374	-48.473	-0,8
Precatórios	235.997	221.999	13.998	6,3
Total da Despesa de Pessoal e Precatórios	6.001.898	6.036.373	-34.475	-0,6
Total da Despesa regulada pelo Decreto 3755-R/2015	858.771	963.432	-104.661	-10,9



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Despesa Total – Poder Executivo

A Despesa Total do Poder Executivo apresentou queda de **-9,8%** em 2015, comparada ao ano anterior. Descontada a inflação, a queda foi de **-18,5%**.

Em R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	Varição 2015/2014	Varição Nominal (%)
PESSOAL	5.765.901	5.814.374	-48.473	-0,8
TRANSF. TRIB. DE JUSTIÇA - PAGTO DE PRECATÓRIO	235.997	221.999	13.998	6,3
CUSTEIO (Outras Despesas Correntes)	3.346.287	3.324.287	22.000	0,7
Exercício Atual	2.976.909	3.082.639	-105.730	-3,4
Exercícios Anteriores	226.147	114.408	111.739	97,7
PASEP	143.231	127.240	15.991	12,6
FINANCIAMENTO FUNDAP	503.028	550.192	-47.164	-8,6
AMORTIZACAO E JUROS DA DIVIDA	556.603	478.975	77.628	16,2
INVESTIMENTO/INVERSÃO FINANCEIRA	636.393	1.854.771	-1.218.378	-65,7
Com recursos de Caixa	214.630	793.753	-579.123	-73,0
Com recursos de Terceiros	421.763	1.061.017	-639.254	-60,2
Total	11.044.209	12.244.598	-1.200.389	-9,8



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Limites legais

Limites constitucionais, legais e metas com o governo federal foram cumpridos!

Despesas de pessoal merecem atenção, pois o governo permanece no limite de alerta.

As Receitas Correntes Líquidas incluem receitas vedadas ou não disponíveis para pagamentos de pessoal, como FUNDAP e Royalties. Se não incluídas limites superariam o teto da LRF.

Até Dezembro/2015	RCL Total (R\$ Mil)	Despesa de Pessoal (R\$ Mil)	% Despesa de Pessoal/RCL
LRF	11.951.999	5.185.626	43,39
TCCES	11.951.999	5.367.538	44,91
LRF sem Fundap e Rendas Líq. Petróleo	10.189.824	5.185.626	50,89
Limite Máximo da RCL %		49	
Limite Prudencial da RCL		46,5	
Limite de Alerta		44,1	

2015	Mínimo Constitucional	Realizado
Saúde	12%	17,70%
Educação	25%	27,80%



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Limites legais

A Dívida Consolidada do Estado aumentou em 2015, por força da evolução da inflação, taxa de câmbio e juros, que definem a variação do seu valor entre dois períodos. Embora mantenha-se muito abaixo do limite legal (31,37% da RCL para um limite de 200%), os encargos totais da dívida em (R\$ 557 milhões) foram muito superiores à atual capacidade de investimento com recursos do Tesouro (R\$ 146 milhões) e tendem a dobrar até 2020 pela extinção do prazo de carência de operações recentemente contratadas, entre outros fatores.

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.062.992	7.034.528
DEDUÇÕES	2.880.619	3.285.909
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.265.670	2.507.587
Demais Haveres Financeiros	855.573	1.020.173
(-) Restos a Pagar Processados (exceto precatórios)	240.624	241.851
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	3.182.373	3.748.619
PASSIVOS RECONHECIDOS	576.389	716.603
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	2.605.983	3.032.016
RESULTADO NOMINAL NO PERÍODO	751.497	426.033



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Disponibilidades de Caixa

A disponibilidade de recursos livres do Tesouro foi revertida para R\$ +138 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Embora um avanço, esse valor ainda é muito pequeno para reduzir a vulnerabilidade do Tesouro, diante de uma folha salarial média mensal de R\$ 430 milhões e de uma execução de caixa próxima a R\$ 0,9 bilhão / mês.

PODER EXECUTIVO	Disponibilidade Bruta	Obrigações Financeiras	Disponibilidade Líquida Final
	2015	2015	2015
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	1.935	5	1.930
Ordinários (recursos livres)	413	275	138
Vinculados (exceto RPPS)	1.819	397	1422
Educação	216	58	158
Saúde	242	168	74
Operação de Crédito	566	63	503
Convênios	146	10	135
Fundos	246	12	234
Autarquias	248	34	214
Contrapartidas	33	5	28
Outras	122	47	75

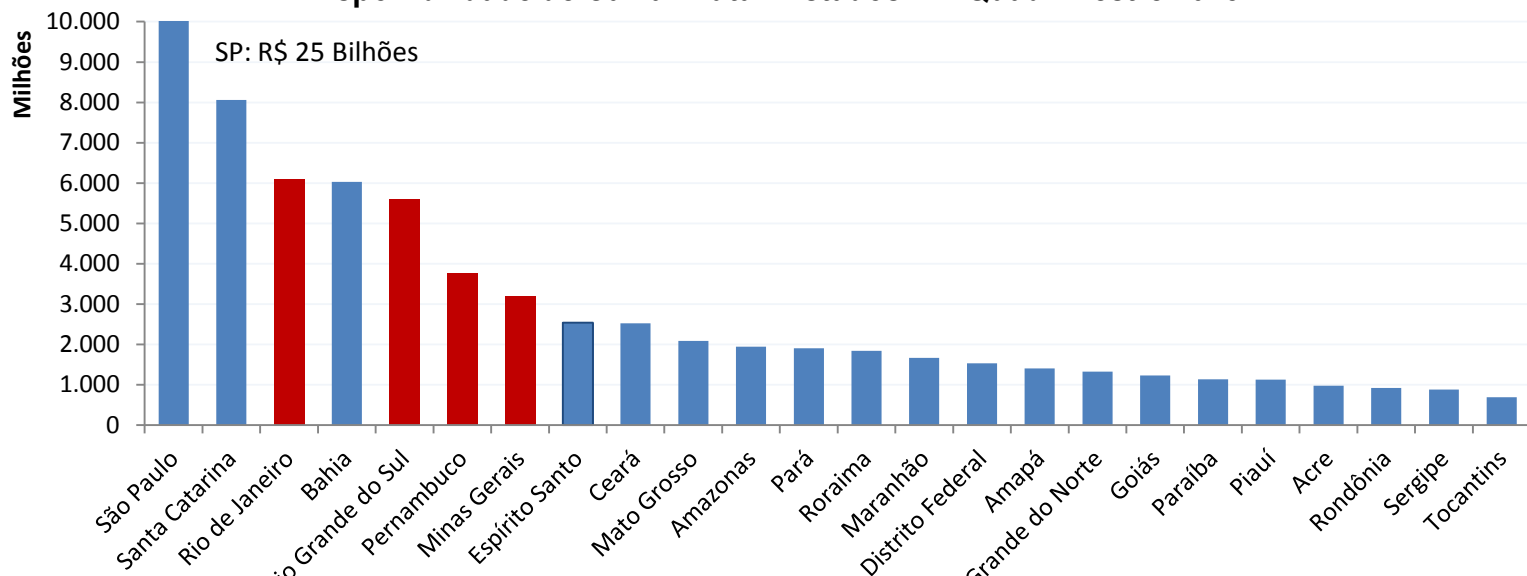


PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade Bruta (DB) reflete recursos vinculados e ordinários de todo o setor público estadual, o qual inclui outros poderes, os Fundos, e as administrações direta e indireta. Inclui ainda as obrigações financeiras de curto prazo, como consignações, restos a pagar e contrapartidas. O cruzamento das informações de DB com a situação fiscal dos estados trazida a público, indica que o uso desse indicador para inferir a capacidade do Tesouro para cobrir suas obrigações (pessoal, dívida, custeio) tem sido equivocado.

Disponibilidade de Caixa Bruta - Estados - 2º Quadrimestre 2015



Os Estados Alagoas, Mato Grosso do Sul e Paraná não divulgaram o RGF do período.



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Resultados do Ajuste Fiscal

1. **Fluxo de caixa do Tesouro volta ao equilíbrio.** Na competência de 2015, o saldo foi positivo em R\$ 51 milhões. O governo pagou em dia servidores e o pagamento de fornecedores foi regularizado.
2. **A correção do orçamento de 2015 foi fundamental.** No resultado primário, a diferença em relação a 2014 foi **de R\$ 1,2 bilhão!** No caixa, R\$ 875 milhões. Os valores significam as diferenças de resultados entre o ano anterior e o atual.
3. **As receitas próprias cresceram 4,5%**, com destaque no ITCMD e na recuperação da dívida ativa. No ICMS (sem-Fundap) a alta foi de 4,8%. Com isso, compensamos a queda nas transferências, especialmente a perda de R\$ 416 milhões nas rendas do petróleo.
4. **A receita de caixa foi estabilizada** em meio à uma crise inédita e do derretimento dos preços do petróleo.
5. **O governo realizou uma contenção de gastos correntes da ordem de R\$ 342 milhões**, sendo R\$ 238 milhões no custeio e R\$ 104 milhões em pessoal. O decreto de contenção de gastos editado no início do ano cumpriu sua meta.



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Resultados do Ajuste Fiscal

6. **A despesa de pessoal está sendo mantida dentro dos limites legais.**
7. **O Estado cumpriu todas as metas de resultado estabelecidas na LDO e no Programa de Ajuste Fiscal com o Ministério da Fazenda.**
8. **O caixa do Tesouro – recursos livres contempla um volume muito pequeno de disponibilidades, impondo vulnerabilidade às contas.** O desafio de manter um volume seguro de recursos livres em caixa ainda se mantém.
9. **A transparência dos resultados caminhou na direção de aproximar a sociedade do monitoramento das finanças estaduais:** inovamos na divulgação dos resultados de caixa do Tesouro; unificamos a regra de cálculo do primário com a STN; reformulamos o Relatório do Tesouro Estadual e o site da Fazenda. As contas estaduais foram um dos assuntos mais frequentes na mídia local.
10. **Todo o ajuste fiscal foi realizado com foco em ganhos de eficiência, com melhoria do ambiente de negócios e das políticas sociais.** Não aumentamos impostos (alíquotas permanecem as mesmas) - embora tenhamos realinhado benefícios e revisado incentivos - e estamos empreendendo um programa ousado de redução da burocracia e dos gastos desnecessários.



PRESTANDO CONTAS DO AJUSTE FISCAL

Resultados do Ajuste Fiscal

OBRIGADA!

ana.vescovi@sefaz.es.gov.br

